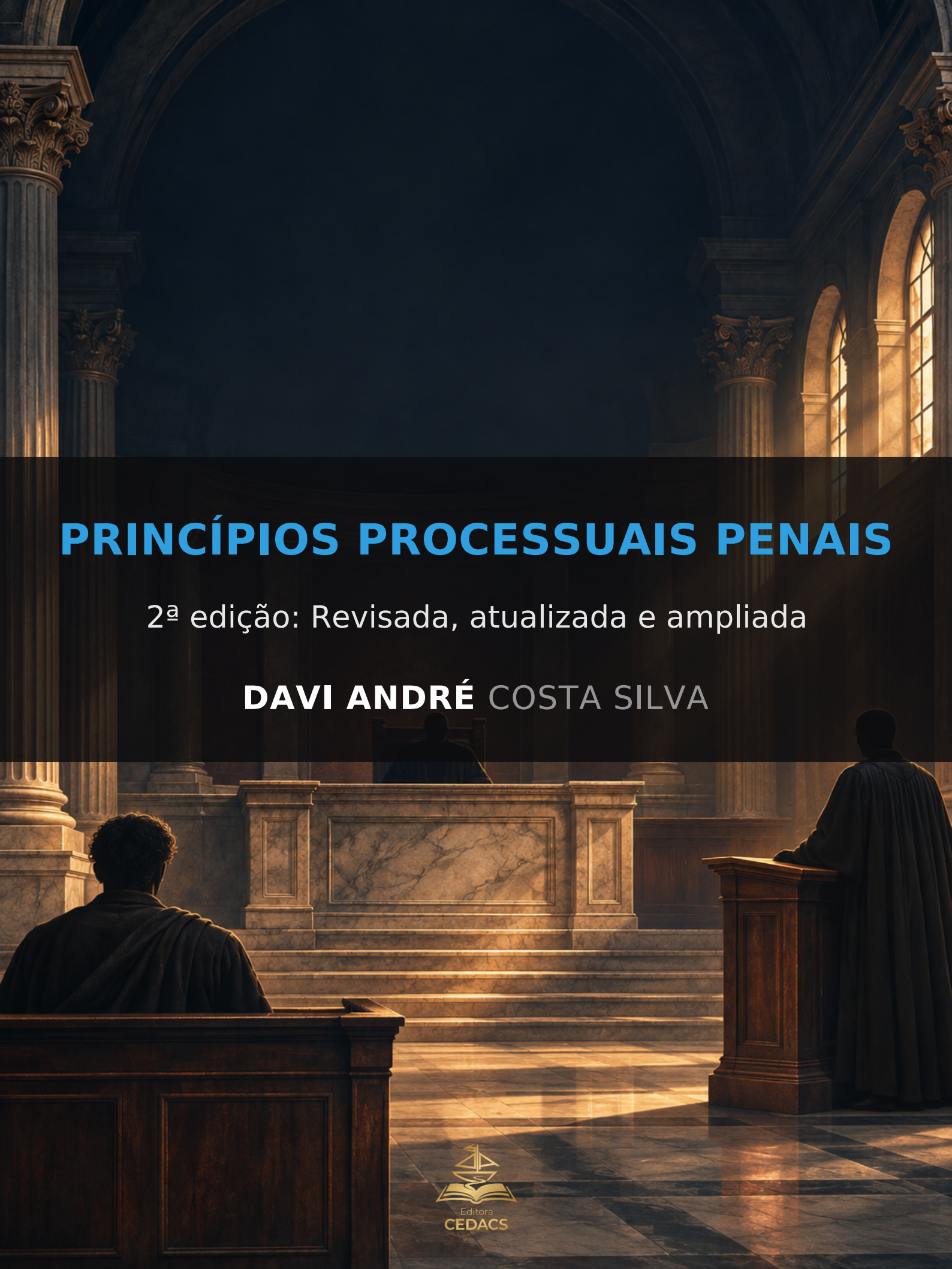


PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS

2ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA

Editora CEDACS

PRÉVIA

Princípios processuais penais

2ª edição: Revisada, atualizada e ampliada

SUMÁRIO

Capítulo I - Teoria dos princípios no processo penal

Seção I - Noções fundamentais

1. Conceito
2. Princípios e regras
3. Postulados normativos
4. Princípios explícitos e implícitos
5. Fontes
   5.1 O status normativo dos tratados
   5.2 O controle de convencionalidade
6. Eficácia normativa e colisão
7. A releitura constitucional do Código de Processo Penal

Seção II - Classificações doutrinárias

1. Advertência metodológica
2. Nossa classificação

Capítulo II - Princípios constitucionais explícitos

Seção I - Dignidade da pessoa humana

1. Previsão e conteúdo
2. Função no processo penal
3. Repercussões na prisão e na execução

Seção II - Devido processo legal

1. Origem e previsão
2. As duas dimensões
3. Conteúdo
4. Hipóteses de violação reconhecidas pela jurisprudência

Seção III - Presunção de inocência

1. Antecedentes
2. Terminologia
3. Conteúdo
   3.1 Norma de tratamento
   3.2 Norma probatória
   3.3 Norma de julgamento
4. A execução da pena antes do trânsito em julgado

5. Aplicações e limites

Seção IV - Contraditório

1. Conceito e elementos
2. Contraditório efetivo e paridade de armas
3. Contraditório como método de conhecimento
4. Espécies
5. Contraditório na investigação
6. Vedação da decisão-surpresa

Seção V - Ampla defesa

1. Conceito e distinção do contraditório
2. Defesa técnica
   2.1 Necessária e irrenunciável
   2.2 Direito de escolha do defensor
   2.3 Plena e efetiva
3. Autodefesa
   3.1 Direito de audiência
   3.2 Direito de presença
   3.3 Capacidade postulatória autônoma
4. Limites
5. Ampla defesa no processo administrativo e na execução penal

Seção VI - Plenitude de defesa

1. Distinção da ampla defesa
2. Consequências práticas
   2.1 Clemência

Seção VII - Publicidade

1. Fundamento
2. Publicidade ampla e restrita
3. Outras classificações
4. Sigilo na investigação
5. Limites da restrição

Seção VIII - Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos

1. Alcance da vedação
2. Prova ilícita e prova ilegítima
3. Prova ilícita por derivação
4. Desentranhamento e inutilização
5. O juiz que conheceu a prova inadmissível
6. Prova ilícita em favor do réu

Seção IX - Juiz natural

1. As duas vertentes
2. Extensão do conceito
3. Aplicação prática
4. Invocação em favor do acusado

Seção X - Motivação das decisões judiciais

1. Fundamento e função
2. Alcance
3. Motivação per relationem
4. Mitigações

Seção XI - Duração razoável do processo

1. Previsão e fundamento
2. A teoria do não prazo
3. Consequências da demora
4. A revisão periódica da prisão preventiva
5. Celeridade e garantias

Seção XII - Isonomia processual

1. Conteúdo
2. Paridade de armas
3. Desigualdades admitidas

Capítulo III - Princípios constitucionais implícitos

Seção I - Imparcialidade do juiz

1. Conceito
2. Fundamento normativo
3. Imparcialidade subjetiva e objetiva
4. Impedimento e suspeição
5. Dissonância cognitiva e iniciativa probatória
6. O juiz das garantias
7. A imparcialidade na jurisprudência recente

Seção II - Vedação da autoincriminação

1. Origem da expressão
   1.1 O ponto de partida: não é direito romano clássico
   1.2 O texto-fonte: o Decreto de Graciano
   1.3 As duas correntes sobre a origem do princípio
   1.4 O que se pode afirmar
2. Conceito e previsão
3. Titularidade

4. Dever de advertência
5. Desdobramentos
6. Provas invasivas e não invasivas: o regime da recusa
7. Consequências do exercício
8. Limites

Seção III - Iniciativa das partes

1. Conteúdo
2. O processo judicialiforme
3. Extensão jurisprudencial
4. Princípio consequencial da correlação

Seção IV - Duplo grau de jurisdição

1. Fundamento
2. Estatura da garantia
3. Exceções e limites
4. Manifestações práticas

Seção V - Promotor natural

1. Conteúdo
2. Alcance
3. Reconhecimento jurisprudencial

Seção VI - Defensor natural

Seção VII - Delegado natural

1. A construção doutrinária
2. A recusa da jurisprudência
3. Consequências práticas

Seção VIII - “Ne bis in idem”

1. Conteúdo
2. Fundamento convencional
3. Vedação da revisão pro societate
4. Duplicidade de processos e de condenações pelo mesmo fato

Seção IX - Proporcionalidade

1. Natureza e fundamento
2. Pressupostos
3. Requisitos
4. Proibição de proteção deficiente
5. Aplicação em matéria probatória

Seção X - Intranscendência

Seção XI - Favor rei

1. Conteúdo
2. Limites

Seção XII - Vedação do crédito carcerário

1. Conteúdo
2. Fundamento e consequência
3. Distinção da detração

Capítulo IV - Princípios do processo penal propriamente ditos

Seção I - Busca da verdade

1. A formulação clássica
2. A superação do dogma
3. Limites
4. A verdade consensual
5. Busca da verdade e sistema acusatório

Seção II - Oralidade e princípios consequenciais

1. Conteúdo
2. Princípios consequenciais
3. Identidade física do juiz

Seção III - Persuasão racional

1. Sistemas de valoração da prova
2. Previsão e limites
3. Relação com a motivação

Seção IV - Impulso oficial

1. Conteúdo
2. Convivência com a inércia da jurisdição

Seção V - Economia processual

Seção VI - Lealdade processual e cooperação

1. Lealdade processual
2. Cooperação processual

Seção VII - Dignidade da vítima

1. Formação recente
2. Marcos normativos
3. Conteúdo
4. Limites

Capítulo V - Princípios setorizados

Seção I - Localização do tema

1. O problema
2. O reconhecimento pela doutrina

3. A proposta deste capítulo

Seção II - Investigação preliminar

1. Duas naturezas em convivência
2. Princípios estruturantes da persecução
3. Princípios de contenção
4. A inquisitividade e seus limites
5. Dispensabilidade

Seção III - Ação penal

Subseção I - Princípios comuns ou gerais

1. Intranscendência
2. Ne procedat iudex ex officio
3. Ne bis in idem

Subseção II - Princípios da ação penal pública

1. Obrigatoriedade
   1.1 Hipóteses legais de mitigação
   1.2 Outras hipóteses de mitigação apontadas na doutrina
   1.3 Possibilidade de pedir absolvição
2. Indisponibilidade
   2.1 Hipóteses legais de mitigação
3. (In)divisibilidade
   3.1 Definição do instituto
   3.2 Correntes doutrinárias
4. Oficialidade
5. Oficiosidade
6. Autoritariedade

Subseção III - Princípios da ação penal privada

1. Oportunidade
2. Disponibilidade
3. Indivisibilidade
   3.1 Solução em caso de omissão do querelante
4. A simetria entre os dois regimes

Seção IV - Jurisdição e competência

1. Princípios aplicáveis à jurisdição e à competência
2. Princípios que atuam sobre os sujeitos
3. Duas notas de articulação

Seção V - Prova

1. Princípios recebidos da teoria geral

2. Princípios próprios da prova

2.1 Não-autoincriminação

2.2 Proibição da utilização das provas obtidas por meios ilícitos

2.3 Comunhão da prova

2.4 Autorresponsabilidade das partes

2.5 Publicidade

2.6 Oralidade

2.7 Liberdade probatória

2.8 Livre convencimento motivado

3. A cadeia de custódia

Seção VI - Medidas cautelares e prisões

1. A matriz do regime

2. Os princípios do regime

3. A tensão com a legislação recente

Seção VII - Nulidades

Seção VIII - Recursos

Seção IX - Tribunal do Júri

Seção X - Execução penal

Seção XI - Quadro geral de correspondência

Anexo I - Quadro sinótico dos princípios

Anexo II - Súmulas de referência

Esta é uma prévia do sumário. O conteúdo completo está na obra.